

O PENSAMENTO DE GRAMSCI NA ÉPOCA DA MUNDIALIZAÇÃO*



Guido Liguori

GRAMSCI NO MUNDO, HOJE

O ano de 1997, sexagésimo aniversário da morte de Gramsci, foi um ano de celebrações em todo o mundo, aberto pelo seminário ocorrido no mês de fevereiro em Havana, que pela primeira vez sediava um encontro internacional inteiramente dedicado ao pensamento gramsciano; e continuado em seguida com encontros internacionais de estudo na Itália – Cagliari, Nápoles e Turim – mas também no Japão, em Kyoto, e no Brasil, em Juiz de Fora e outras universidades; e ainda em muitos outros países e lugares.¹

Gramsci é um dos autores hoje mais difundidos no mundo, sobretudo no âmbito das ciências sociais, do pensamento político, dos *cultural studies*, dos estudos de filosofia, pedagogia, história, crítica literária. A *Bibliografia gramsciana*, publicada pelo historiador americano John Cammett em 1991 e depois atualizada, seja com suplementos impressos, seja com um *site* específico na Internet,² está prestes a compreender 12 mil títulos, em cerca de 30 línguas. É um dado quantitativo, que ainda não diz nada sobre a qualidade dos livros, dos ensaios, dos artigos compilados por Cammett. Mas não deixa de ser um índice de difusão, um indicador da *fortuna* de nosso autor.

Os estadunidenses, que fizeram da busca e da contagem das citações um instrumento privilegiado para estudar a difusão de um autor e seu *prestígio* (um termo que – segundo a reconstrução de Franco Lo Piparo –³ teria agradado ao jovem Gramsci, estudioso de lingüística e glotologia na Universidade de Turim), afirmam que a fortuna de Gramsci tem hoje poucos paralelos no mundo, mesmo prescindindo do número enorme de publicações de variado

tipo (livros, ensaios, artigos) dedicados predominantemente à sua figura, à sua obra e ao seu pensamento.

Um dos indicadores mais importantes desse “Gramsci global” é, sem dúvida, a *International Gramsci Society* (IGS), sociedade não institucional de estudiosos, de apaixonados, de leitores, de militantes políticos e sindicais, que consideram particularmente importante, sob vários aspectos, a figura e o pensamento de Antonio Gramsci.

Surgida em 1989, durante o encontro internacional de Formia organizado pela Fundação Instituto Gramsci, de Roma, sobretudo por mérito de estudiosos estadunidenses e italianos, a IGS é uma organização não só não-governamental, mas não-institucional. Talvez fosse melhor dizer que não se trata de uma organização, mas simplesmente, e em perfeita coerência com uma das principais características do paradigma da “globalização” tal como é descrito por alguns autores,⁴ de uma *rede* de troca de informações, notícias, ajuda não-material. A IGS realizou seu primeiro encontro-congresso em Nápoles, em outubro de 1997.⁵ Dele participaram cerca de cem estudiosos e militantes provenientes de muitos países do mundo: da vizinha França ao distante Japão, da Rússia já não mais “socialista” (mas na União Soviética, não casualmente, Gramsci nunca teve grande fortuna) e da Austrália, do Brasil e da Hungria, da Romênia, da Alemanha, da Suécia, da Dinamarca. As delegações mais numerosas (delegações não oficiais, naturalmente, porque qualquer um podia participar) eram – excluída obviamente a italiana – as provenientes de alguns países menos vizinhos. Pela ordem: Estados Unidos, Brasil, Japão.

O desenvolvimento da fortuna de Gramsci no mundo, em suma, é hoje um dado verdadeiramente

* Versão atualizada do ensaio publicado originalmente em *Crítica Marxista*, nº 4-5, 1998. Tradução de Luiz Sérgio Henriques.

<https://doi.org/10.36311/0102-5864.15.v0n32.1895>

impressionante. Por que essa difusão do conhecimento sobre o pensamento gramsciano, hoje? Quais são os motivos disso? Quais as perspectivas de sua difusão no início do novo milênio, na chamada “época da globalização”?

MUNDIALIZAÇÃO OU GLOBALIZAÇÃO?

Mas, antes de tudo, o que se entende por “globalização”? Que definição, ainda que muito geral, podemos formular, buscando avaliar sua efetividade e suas características, antes de tentar investigar a relação com ela do pensamento gramsciano?

Parece-me que se pode definir como globalização àquela hipótese sobre a modalidade contemporânea do capitalismo ou, se se preferir, da modernidade, pela qual se teria modificado radicalmente a relação entre economia e espaço, política e território.

Logo surge uma pergunta: seria a globalização uma série de transformações quantitativas (que não modificam na substância o modelo capitalista que temos diante de nós bem como suas leis de funcionamento) ou se trata de um salto de qualidade, comparável à passagem do capitalismo de concorrência àquele organizado (fordista e keynesiano)? Alguns estudiosos, sobretudo anglo-saxões, insistem no elemento da “ruptura” e da descontinuidade. Outros, no entanto, rejeitam o termo “globalização”, falando antes de “mundialização”, versão “fraca” que remete à hipótese de que – já se tendo integrado e internacionalizado as economias industriais entre os séculos XIX e XX – a aceleração das trocas hoje verificável em vários níveis (financeiros, produtivos, de consumo) se daria, sobretudo em âmbitos macro-regionais, não em escala homogênea global. Estudiosos como Etienne Balibar ou Serge Latouche repetem freqüentemente que o capitalismo sempre foi global. Outros recordam como Marx sempre viu o capital como um fenômeno mundial. E poderíamos acrescentar que o próprio Gramsci escreve, nos *Cadernos*: “Toda a atividade econômica de um país só pode ser julgada em relação ao mercado internacional, ‘existe’ e deve ser avaliada na medida em que se insere numa unidade internacional [...] Não existe um ‘balanço’ puramente nacional da economia, nem para seu conjunto nem até para uma atividade particular”.⁶

Mas é preciso evitar o risco de um “continuismo” excessivo. Mesmo sendo verdade que hoje se tornou quase monótono ouvir repetidamente que todo aspecto da vida social é determinado por processos globais, em relação aos quais os papéis historicamente desempenhados pelos limites e pelas culturas de cada nação parecem dissolvidos, é preciso não nos recusar a ver as mudanças em curso. Em vez de limitar-nos a uma genérica exaltação ou a uma igualmente genérica repulsa do *mito* da globalização, é preciso recorrer a técnicas analíticas que nos permitam ler as mudanças diante das quais nos encontramos. A meu ver, por exemplo, é o que tentam fazer dois autores anglo-saxões, Hirst e Thompson, que elaboraram dois modelos diversos, relativos, respectivamente, a uma economia *internacional* e a uma economia *global*.⁷ Deste último modelo é protagonista um novo ator, a empresa transnacional (ETN), caracterizada por não ter mais uma sede nacional principal, tal como uma empresa multinacional qualquer (EMN), e por operar em mercados globais através de operações globais.

Hirst e Thompson não se recusam, portanto, a acolher e sublinhar as grandes alterações ocorridas nas últimas décadas na economia mundial, mas sustentam que uma economia mundial caracterizada por um alto e crescente nível de trocas e investimentos internacionais não é necessariamente uma economia *globalizada*. De todo modo, também em sua obra se evidencia o ponto de contraste entre os adeptos da “mundialização” e os da “globalização”. A questão em jogo por trás dessa disputa semântica é o Estado nacional. Ao passo que por parte de vários autores⁸ se afirma que, diante dos processos econômico-sociais globalizantes, a função do Estado nacional está se tornando supérflua, segundo nossos autores “se tem dado um relevo desproporcionado à globalização da produção: as empresas continuam enraizadas em suas economias nacionais e é bastante provável que assim continuem”.⁹

O desenvolvimento da fortuna de Gramsci no mundo, em suma, é hoje um dado verdadeiramente impressionante. Por que essa difusão do conhecimento sobre o pensamento gramsciano, hoje? Quais são os motivos disso? Quais as perspectivas de sua difusão no início do novo milênio, na chamada “época da globalização”?

Na realidade, parece presente uma série de contra-indicações que fazem duvidar de tal transformação em sentido *globalizante* do capitalismo. Resumindo os argumentos que vão nesta direção:¹⁰

- o atual nível de interdependência das economias nacionais não é inédito, na medida em que a autonomia das economias nacionais, entre o fim do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, foi muito inferior à de hoje;
- as empresas internacionais, em geral, estão firmemente ancoradas em seu território de origem em termos de atividade comercial global: ou seja, permanecem enraizadas em nível nacional, continuando a ser antes EMN do que ETN;

Assim, o Estado e os Estados continuam a ter um papel de primeiro plano na atual economia internacional em razão do quadro de regras indispensáveis que fornecem. Aliás, o desencadeamento de uma concorrência mais selvagem e sem fronteiras talvez requeira uma intervenção maior do Estado e dos Estados, pelo menos no plano das regras.

- as próprias empresas são ainda profundamente *nacionais*,¹¹ e não casualmente: apesar da retórica da empresa global, as próprias empresas estadunidenses obtêm vantagens substanciais do fato de assim o serem, em virtude das prerrogativas do Estado nacional americano;

- a riqueza e a renda não são globais, sendo distribuídas em nível nacional e regional;

- a política (mesmo e sobretudo estatal) continua a desempenhar um papel central ao assegurar uma adequada institucionalização dos mercados

e a presença de condições não mercantis para a atividade econômica, fornecendo além disso os serviços que os mercados por si mesmos não sabem/podem prover;

- os Estados nacionais desempenham um papel relevante inclusive nos processos internacionais;
- o Estado conserva o controle territorial sobre as pessoas e sobre os movimentos das pessoas, apesar dos processos de redistribuição da população em curso, que indiscutivelmente geram até problemas de redefinição das identidades culturais nacionais;

- a cultura nacional continua a ser elemento fundamental de coesão social e de mediação para o exercício da hegemonia (de classe).

Assim, o Estado e os Estados continuam a ter um papel de primeiro plano na atual economia internacional em razão do quadro de regras indispensáveis que fornecem. Aliás, o desencadeamento de uma concorrência mais selvagem e sem fronteiras talvez requeira uma intervenção maior do Estado e dos Estados, pelo menos no plano das regras. Para Hirst e Thompson, “mercados e empresas não podem existir sem um poder público que os proteja”.¹² Em outras palavras, os termos da reprodução social se estão modificando, mas não essencialmente, e a imagem de massas de homens – formulada por alguns dos mais extremados defensores da globalização – que se definem individualmente e coletivamente em relação a uma ETN, de preferência a uma nacionalidade e a um Estado, parece no momento apenas uma imagem de romance de ficção científica.

Isso não significa ignorar os processos de internacionalização hoje existentes e o fortalecimento de poderes supranacionais. Mas é preciso sublinhar imediatamente que supor esse dado como objetivo e inevitável já é o sintoma de uma grave derrota, cultural e política, da esquerda.

Mas por que se fala tanto assim de globalização, e de modo tão convicto? O que decretou o sucesso desta “palavra mágica”? Existem muitos fatores que convergem para formar a resposta a esta pergunta. A meu ver, em parte está presente uma modalidade típica de certa esquerda de ascendência (nesta altura, remota) obreirista e extremista, pronta a captar com inteligência e criatividade tendências importantes da realidade social, mas incorrendo precisamente num erro de “metonímia teórica”, ou seja, confundindo a parte com o todo, absolutizando uma linha de tendência que certamente existe, mas não vendo como a *cinzenta* realidade progressiva a ela resista e, no final, a dilua e faça viver realidades só parcialmente novas (impossíveis de prever). Os já citados trabalhos de Revelli, mesmo de grande interesse, me parecem caber nessa categoria. Mas também, num plano parcialmente diverso, a já célebre análise de Rifkin sobre o “fim do trabalho”.¹³

Segundo a economista americana Susan George, que não casualmente prefere o termo “mundia-

lização”, haveria também uma função de “lobbying ideológico”:

Todo ano, centenas de milhões de dólares são investidos para produzir e difundir a ideologia neoliberal. Milhares de intelectuais e dezenas de *boîtes à penser*, revistas, jornais, programas de rádio e televisão, etc., recebem de particulares consideráveis somas para desenvolver a infra-estrutura intelectual subjacente à mundialização. Foi sobretudo graças a eles que o “pensamento único” triunfou.¹⁴

A autora acrescenta:

Muitas vezes se fala de *deregulation*; fique claro, ela existe, mas só se aplica às regras instauradas pelos Estados-nação, particularmente àquelas destinadas a proteger os cidadãos e o ambiente bem como estabelecer um limite às operações de mercado. Na realidade, os novos atores têm necessidade de regras para governar a mundialização. Buscam simplesmente instituir aquelas que lhes são mais vantajosas.¹⁵

Não creio que a ação voluntária e organizada de um sujeito social possa explicar por si só a reviravolta hegemônica construída pela burguesia internacional a partir dos anos setenta e conhecida como “triunfo do neoliberalismo”.¹⁶ Mudanças tecnológicas e respectivas mudanças na composição de classe conjugaram-se “em bloco” com mudanças culturais e ações subjetivas como aquelas indicadas acima. As observações de Susan George introduzem, porém, um motivo decisivo para explicar o atual triunfo do *mito* da globalização: ele se enquadra plenamente na revolução neoliberal, que tem em seu centro a ideologia do fim das ideologias, do retorno do *laissez-faire*, da exigência de brusca redução do Estado. Isso me parece autorizar uma definição da globalização como uma mundialização “enriquecida” de um *surplus ideológico*, justamente o neoliberalismo.

Segundo a ideologia neoliberalista da era da globalização, os Estados são ou estão se tornando rapidamente destituídos de influência e supérfluos, os governos também, os partidos e a política não têm futuro algum. Fim do Estado-nação, portanto: a globalização e a transnacionalização da empresa teriam deslocado definitivamente o Estado, tornado inoperantes as armas da política entendida como esfera autônoma, ainda que não separada. A *bola* volta para a sociedade, são os atores sociais que devem assumir nas próprias mãos o próprio destino. O *Welfare State* terminou. Mas, para alguns, em breve acabará de todo também o Estado, espremido, a

montante, pelo mercado mundial e, a jusante, pelos regionalismos e localismos.

Mais adiante veremos como tudo isso se liga com a ideologia paralela do “triunfo da sociedade civil” e, para alguns, até mesmo da “sociedade civil internacional”. É isto que nos permitirá interpelar diretamente a Gramsci. Já neste ponto, porém, diante da redução radical do Estado operada pela ideologia da globalização, podemos afirmar que nos encontramos num horizonte de pensamento (político) profundamente diferente daquele dos *Cadernos*.

GRAMSCI E O TAYLORISMO

Também no debate recente da esquerda italiana se impôs o tema da “crise do político” e do retorno a uma estratégia baseada no “social”. Os processos de globalização e de crise do modelo fordista, no dizer de alguns, teriam diminuído fortemente a importância do Estado e dos Estados nacionais em favor da sociedade civil e das forças econômicas; seja como for, em favor das forças pré-estatais ou não-estatais que na sociedade civil agem e parecem haver conquistado – sobretudo após o colapso do “socialismo real” e a crise dos vários modelos de *welfare* de matriz keynesiana – uma nova centralidade tanto na realidade factual quanto, por reflexo, no “dever ser” da esquerda.

A partir desse pressuposto podem se originar hipóteses estratégicas diversíssimas, como aquelas contidas – mais ou menos implicitamente – em dois importantes livros recentes: o já citado *A esquerda social. Além da civilização do trabalho*, de Marco Revelli, e *A cidade do trabalho. Esquerda e crise do fordismo*, de Bruno Trentin.¹⁷ Por uma parte, Revelli, com efeito, dá por terminada a possibilidade de fundar no trabalho os processos de identidade social, individual e coletiva; por outra, Trentin ainda indica no trabalho o centro dos processos de identidade e de estratégia política, ainda que num panorama nitidamente pós-fordista. Ao lado dessa divergência fundamental, no entanto, é possível divisar também uma convergência

Segundo a ideologia neoliberalista da era da globalização, os Estados são ou estão se tornando rapidamente destituídos de influência e supérfluos, os governos também, os partidos e a política não têm futuro algum.

importante: ambos os autores – com percursos biográficos, análises e propostas políticas diferentes – concordam em que a esquerda deve rever-se radicalmente a si mesma a partir da crítica/superação daquele que foi até aqui o seu comportamento diante da política e do Estado. Neste texto me interessa, sobretudo, seguir o raciocínio elaborado

por Trentin, porque ele se funda em grande medida no “corpo a corpo” teórico-político que o autor empreende com Antonio Gramsci. Trentin, efetivamente, em suas tentativas de repensar em profundidade as perspectivas estratégicas da esquerda, relê com simpatia diversos autores historicamente minoritários da esquerda do século XX, todos reunidos por uma acentuada vocação anties-tatal e antiinstitucional, tais como Luxemburg e Korsch, Bauer e Weil; no entanto, é com o autor dos *Cadernos* que ele debate mais em profundidade e mais amplamente, através de uma complexa leitura plena de luzes e de sombras.

Trentin usa Gramsci, nesse livro, de dois modos – um mais evidente, outro menos. No tocante ao primeiro modo, me refiro à segunda parte do volume, intitulada “Gramsci e a esquerda europeia diante do ‘fordismo’ no primeiro pós-guerra”. O outro caso se relaciona, ao contrário, a um uso mais discreto de Gramsci, mas igualmente importante ou talvez até mais importante no âmbito do discurso geral do livro; um uso que liga Gramsci ao conceito de sociedade civil, que consideramos central em todo o volume.

O Gramsci que Trentin toma como alvo na segunda parte de seu livro é o Gramsci tanto de *Ordine Nuovo* quanto de “Americanismo e fordismo”,¹⁸ o Gramsci – sublinha o autor – que teria “suposto como racionais e, portanto, imutáveis as formas históricas de organização e de subordinação

do trabalho humano”.¹⁹ Embora Trentin reconheça a Gramsci ter sido menos produtivista do que Lênin, de um modo ou de outro o considera subalterno ao fascínio do modo de produção burguês. Ou seja, considera-o inteiramente dentro daquela cultura terceiro-internacionalista (e não só) pela qual o processo produtivo, a organização científica do trabalho deviam ser *transportados* do capitalismo ao socialismo sem serem submetidos a crítica. É o Gramsci de *Ordine Nuovo* quem convidava os operários a substituírem-se aos patrões, mas sem mudar, sem transformar a fábrica, antes e junto com a sociedade e o Estado.

Seria justa essa crítica de Trentin a Gramsci? Parece-me que não é destituída de fundamento: também em *Ordine Nuovo* existe o tema (amplamente presente na cultura comunista do tempo) da necessidade prioritária de preservar e aumentar a disciplina do trabalho e a produção *depois da revolução*, atribuindo a “culpa” da escassa produtividade operária apenas à presença do capitalista e, desse modo, sustentando que, eliminado o capitalista, também se elimina o problema:

O mundo tem necessidade de produção multiplicada, de trabalho intenso e febril; os operários e camponeses somente vão descobrir a capacidade e a vontade de trabalho quando a pessoa do capitalista for eliminada da indústria, quando o produtor tiver conquistado sua autonomia econômica na fábrica e no campo e sua autonomia política no Estado dos Conselhos de delegados dos operários e camponeses.²⁰

E também existe, além disso, a ilusão (de derivação leniniana) da possibilidade de um uso não-taylorista do taylorismo²¹ de uma “forma de ‘americanismo’ aceitável para as massas operárias”, como o próprio Gramsci recorda nos *Cadernos*, falando de *Ordine Nuovo*.²² De resto, a tese defendida por Trentin não é nova.²³ E mesmo quem investigou, com resultados interessantes, o tema específico da atitude de Gramsci diante da organização da produção, desde o “biênio vermelho” até os *Cadernos*, sustentando em geral (com razão) a tese da irredutibilidade de Gramsci à cultura industrialista e produtivista da Terceira Internacional, teve de reconhecer que “falta efetivamente em Gramsci uma reflexão precisa sobre as contradições peculiares ligadas ao taylorismo”.²⁴

Dito isto, também deve se lembrar que a fábrica diante da qual se encontra Gramsci é, em

Também deve se lembrar que a fábrica diante da qual se encontra Gramsci é, em grandíssima medida, uma fábrica pré-fordista: fordismo e taylorismo se afirmarão plenamente na Itália somente muito mais tarde, e certamente não é casual que uma nova sensibilidade para a organização do trabalho, por parte do movimento operário, só surgirá na Itália com o “segundo biênio vermelho”, em 1968-1969.

grandíssima medida, uma fábrica *pré-fordista*: fordismo e taylorismo se afirmarão plenamente na Itália somente muito mais tarde, e certamente não é casual que uma nova sensibilidade para a organização do trabalho, por parte do movimento operário, só surgirá na Itália com o “segundo biênio vermelho”, em 1968-1969. Deve se lembrar que a peculiar estratégia de conselhos de *Ordine Nuovo*, original inclusive em relação à soviética, porque tendia a relacionar fortemente Estado e fábrica, política e lugar/sujeito da produção, já representa em si um *obstáculo* objetivo, uma insubordinação implícita em face da “organização científica do trabalho”. Deve se lembrar que Gramsci sente, e em alguma medida vive, o conjunto dos *produtores*, operários e técnicos da fábrica como uma *comunidade*, um corpo coletivo, o que a meu ver tem implicações na direção de revalorizar o sujeito operário, de não considerá-lo sob aquele aspecto puramente *quantitativo* que Trentin estigmatiza com razão. E um outro aspecto dos anos de *Ordine Nuovo* Trentin – do seu ponto de vista – poderia ter valorizado muito mais: a construção teórica, em Gramsci, de um modelo de Estado não fundado no cidadão, mas no produtor, ou seja, um modelo no qual se tenta uma recomposição de *citoyen* e *bourgeois*,²⁵ uma vez que Gramsci aceita plenamente o conhecido argumento marxiano, denunciando justamente o caráter abstrato da categoria de “cidadão”. É uma temática que também fala a nosso presente teórico: o horizonte da cidadania – às vezes se lamenta – não vai além dos portões da fábrica. E me parece que não possa ir além deles, porque essa categoria teórica é constitutivamente estranha ao discurso das classes e da divisão de classes, que encontra na fábrica sua evidência mais macroscópica. A não ser que se entenda com o termo “direitos” – sempre relacionado, contraditoriamente, ao tema “cidadania” –²⁶ aquilo que na realidade a classe operária consegue arrancar no terreno da luta de classes. Como também a história desses anos nos ensina que, quando mudam as relações de força, os supostos “direitos” desaparecem. Os poderes privados, na realidade, não encontram no direito nenhuma limitação. De resto, o fato de a cultura de esquerda ter substituído, já na passagem decisiva dos anos setenta para os anos oitenta, a leitura da realidade baseada na divisão da sociedade em classes e na relação entre as classes por uma leitura baseada no tema da cidadania e dos direitos, foi e é, de *per si*, homólogo (e propedêutico) ao triunfo atual da

“sociedade civil”: nesse processo, aliás, se efetiva em boa parte aquele “triunfo do neoliberalismo” que mencionei acima.

MITO DA SOCIEDADE CIVIL

O segundo uso de Gramsci feito por Trentin, igualmente importante, ou talvez mais importante, no âmbito de sua argumentação de conjunto, liga Gramsci ao conceito de sociedade civil. Se, por uma parte, Trentin critica Gramsci a propósito dos temas da fábrica e da organização do trabalho, por outra mostra querer aceitar substancialmente sua lição no tocante ao primado da “sociedade civil”. Só que, a meu ver, aquilo que Trentin acredita ser as teses de Gramsci sobre a sociedade civil é, na realidade, a interpretação, ainda que importante, que do conceito de sociedade civil em Gramsci propôs Norberto Bobbio em sua célebre intervenção no encontro de Cagliari de 1967 e, em seguida, muitas vezes reeditada em livro:²⁷ provavelmente o escrito sobre Gramsci que (a partir do final dos anos sessenta) teve maior influência e repercussão em toda a já imensa literatura sobre o argumento.

Ainda que sem defender o alheamento de Gramsci em face da tradição marxista, o estudioso turinense sublinhava fortemente seus motivos de *autonomia* (que muitos leriam depois como “afastamento” e “inversão”) diante daquela tradição, determinados justamente a partir de uma concepção particular do conceito de sociedade civil. Esquemáticamente,²⁸ o argumento de Bobbio é o seguinte: tanto para Marx quanto para Gramsci a sociedade civil é o verdadeiro “teatro da história”. Mas para o primeiro ela faz parte do momento estrutural e para o segundo, do superestrutural; para Marx o “teatro da história” era a estrutura, a economia, e para Gramsci, a superestrutura, a cultura, o mundo das idéias. Para Bobbio, Gramsci era sobretudo o *teórico das superestruturas*, no sentido de que o momento ético-político tinha em seu sistema teórico um lugar de fundação inédito em relação a Marx e ao marxismo.

Para Bobbio, Gramsci era sobretudo o teórico das superestruturas, no sentido de que o momento ético-político tinha em seu sistema teórico um lugar de fundação inédito em relação a Marx e ao marxismo.

A antiga proclamação de Benedetto Croce diante das *Cartas do cárcere* – “como homem de pensamento, ele foi um dos nossos” –²⁹ era repetida incansavelmente por Bobbio, que podia assim inserir Gramsci, líder comunista e teórico marxista, ainda que aberto e inovador, na grande tradição do pensamento liberal. Ou seja, repetia-se uma interpretação através da qual a cultura liberal buscava reabsorver Gramsci, dele fazendo um seu autor.

Mas, para construir sua tese, Bobbio devia assumir e dar como suposta uma leitura *mecanicista* da relação estrutura-superestrutura, na qual a determinação *em última instância* de um dos dois termos se tornava determinação forte e imediata do *altro* nível da realidade: “teatro de toda a história”. Isto é, a estrutura ou a superestrutura, segundo o termo considerado mais importante (em Marx ou em Gramsci), parecia determinar completamente o outro. Parecia não haver mais momentos ao mesmo tempo de unidade e de autonomia, e de ação recíproca, entre os diversos níveis da realidade, momentos próprios de toda concepção dialética, como é indiscutivelmente a concepção de Gramsci.

Já Togliatti, em 1958,³⁰ falando da relação entre Estado e sociedade civil nos *Cadernos*, tinha sublinhado a natureza *metódica* e não *orgânica* dessa distinção, sobre a qual, de resto, Gramsci chamara a atenção inclusive ao propor o conceito de “bloco histórico”. Estrutura e superestrutura, economia, política e cultura são para Gramsci esferas unidas e ao mesmo tempo autônomas da realidade. Um dos pontos centrais do marxismo de Gramsci é não poder nem querer separar de modo hipostasiado nenhum aspecto do real (economia, sociedade, Estado, cultura).

É indiscutível que em Gramsci haja o primado da subjetividade, da política, mas num sentido diverso daquele registrado por Bobbio. Sua tentativa de construir uma teoria da política e das formas ideológicas se dava invariavelmente *a partir de Marx*.

Além disso, no marxismo de Gramsci irrompiam as novidades registradas na relação entre economia e política neste século, a ampliação da intervenção estatal na esfera da produção, a obra de organização e racionalização com que o político se refere à sociedade e em alguma medida a *produz*. Eram justamente os processos que – a partir da fábrica fordista – se haviam imposto nas sociedades capitalistas avançadas, e que Gramsci, por muito tempo único entre os marxistas, havia colhido em primeiro lugar. E se aqui havia uma novidade em relação a Marx, isso se devia ao fato de que se produzira uma novidade na história real que Bobbio não via devido à formalização idealista de seu discurso, que sempre vai de teoria a teoria, sem que nessa história das idéias jamais entre a história efetiva, sem que jamais apareça o referente real; nesse caso, as sociedades sobre as quais Marx e Gramsci refletem. A tradição liberal-democrata buscava mais uma vez assimilar Gramsci aos muitos intelectuais que o haviam precedido, dissolvendo os contornos reais de sua figura histórica, aquele nexo de teoria e prática que era a chave para compreender o que verdadeiramente dizia o autor dos *Cadernos*.

Por que exatamente essa leitura de Bobbio tem um papel central na construção teórica de Trentin? Não seria, também isso, um dos tantos sinais do fato de que muitos intérpretes da esquerda estão hoje lendo o mundo pós-89 com as categorias centrais do pensamento liberal e, portanto, com o risco de uma forte subestimação do papel da política em favor da categoria de “sociedade civil”, quase por um processo, obviamente inconsciente, de “revolução passiva”?

Evidentemente, o colapso dos socialismos reais e os limites manifestados pelo *welfare* não podem deixar de produzir perguntas, críticas e autocríticas, assim como a história soviética deste século também leva a refletir sobre a validade de alguns enunciados da teoria liberal no tocante aos limites do poder. O livro de Trentin é um ato de acusação argumentado e fascinante contra um certo marxismo excessivamente politicista e estatista. Resta o fato de que o “retorno à sociedade civil” foi a palavra de ordem do neoliberalismo dos anos oitenta: chega de Estado – em primeiro lugar, obviamente, o Estado social –, que a sociedade faça! Chega de política, chega de políticos profissionais, que ajam os representantes da sociedade civil!

Evidentemente, o colapso dos socialismos reais e os limites manifestados pelo *welfare* não podem deixar de produzir perguntas, críticas e autocríticas, assim como a história soviética deste século também leva a refletir sobre a validade de alguns enunciados da teoria liberal no tocante aos limites do poder.

Naturalmente, existem duas versões desse “retorno à sociedade”, ambas centradas na crítica do político e ambas reforçadas pelo *leitmotiv* da globalização. A versão *de direita*, neoliberalista em sentido estrito, que põe no centro do próprio universo os “espíritos animais do capitalismo”. E uma versão *de esquerda*, que pretende garantir os direitos e ampliar a cidadania, mas que – justamente no momento em que põe como centrais tais categorias – adere (às vezes inconscientemente) a uma visão propriamente *liberal* (e de fato também *liberista*).³¹ Ou seja, um tal horizonte teórico tem em sua base, de um modo ou de outro, uma concepção antropológica do sujeito inevitavelmente liberal: o indivíduo como *prius*, como o que vem antes de seu ser em sociedade, e por isto é portador de direitos. Ao passo que o marxismo e Gramsci têm uma outra concepção do indivíduo, fundamentalmente relacional.³²

Obviamente, existem concepções diversas da sociedade civil. Em Marx ela é o conjunto das relações pré-estatais, tendo ao centro as de tipo econômico. Em Gramsci (no rastro de *um certo Hegel*, como o próprio Bobbio especifica), ela compreende sejam as relações pré-estatais seja sua regulamentação por parte do Estado: mais uma vez um pensamento dialético que não separa os diversos aspectos do real. No entanto, Bobbio, cuja teoria política é fortemente dicotômica e procede por pares opositivos, põe a dicotomia Estado-sociedade civil também no centro do pensamento de Gramsci, negando assim justamente aquilo que em Gramsci é mais importante: a *não-separação*, a unidade dialética entre política e sociedade, entre economia e Estado.

No rastro de Bobbio, não é portanto casual que Trentin leia em Gramsci uma contradição entre centralidade do social e papel de legitimação do Estado. Partindo de Bobbio, ele subestima, a meu ver, o fato de que Gramsci atribui grande importância político-cognoscitiva aos sujeitos sociais e às formas de sua oposição e de sua relação (temática da hegemonia) e, *ao mesmo tempo*, põe no centro de sua reflexão o Estado: uma aproximação, essa entre hegemonia e Estado, por certo não-casual.

GRAMSCI E O ESTADO

Em todo o pensamento de Gramsci, a reflexão sobre o Estado-nação é central e está intrinseca-

mente ligada à temática da hegemonia. Estado-nação, crise do Estado burguês, construção/superação do Estado proletário e internacionalismo são pontos problemáticos que delimitam o núcleo da reflexão desde os anos de *Ordine Nuovo*, quando o “primado da política” começa a assumir sua forma madura, subsumindo gradualmente os elementos do “sorelismo” anterior. “O Estado sempre foi o protagonista da história”, escreve Gramsci em 1919.³³ Ele participa da idéia marxiana e marxista da gradual superação do Estado por parte da “Internacional proletária”, mas parece já além de uma concepção puramente instrumental do Estado e sublinha que

o movimento socialista e proletário é contra o Estado, porque é contra os Estados nacionais capitalistas, porque é contra as economias nacionais, que têm sua fonte de vida e buscam sua forma no Estado nacional. Mas, se na Internacional Comunista serão suprimidos os Estados nacionais, não será suprimido o Estado, entendido como “forma” concreta da sociedade humana. A sociedade como tal é uma pura abstração.³⁴

Os comunistas, portanto, não são contra o Estado. Antes, nesse ponto Gramsci se contrapõe duramente às tendências anarquistas e anarcosindicalistas,³⁵ acusadas de continuar a tradição liberal, e mostra como “toda a tradição liberal [seja] contra o Estado”.³⁶ Mas os comunistas, escreve Gramsci na mesma página com base na experiência “sovietista”, consideram necessária a passagem para um “Estado nacional e um Estado de classe”, diferente daquele burguês, sobretudo porque fundado na participação.³⁷ A forma-Estado, pois, parece insuprimível, pelo menos enquanto existir a forma-mercadoria:

O Estado nacional é um órgão de concorrência: desaparecerá quando a concorrência for suprimida e um novo costume econômico tiver sido suscitado através das experiências concretas dos Estados socialistas.³⁸

Nos *Cadernos*, mais ainda a reflexão gramsciana se baseia no Estado: de resto, é nesse ponto que Gramsci dá sua contribuição mais importante à definição de uma teoria da política marxista, à “ampliação do conceito de Estado” ou “Estado integral”.

Nos *Cadernos*, mais ainda a reflexão gramsciana se baseia no Estado: de resto, é nesse ponto que Gramsci dá sua contribuição mais importante à

Gramsci nos ensina que não é possível separar economia e política, fábrica e Estado. Podem mudar as formas através das quais as dinâmicas empresariais, as estratégias da empresa tentam afirmar-se. Mas não parecem superados nessa época histórica o papel do político, a ação voltada para definir normas e regras, para levar a luta corporativa das classes até o plano mais amplo e mais geral das respostas a serem dadas aos problemas de uma comunidade nacional.

definição de uma teoria da política marxista, à “ampliação do conceito de Estado” ou “Estado integral”.³⁹ Não só ele supera o instrumentalismo redutivo, que é também de Lênin, ou seja, “a concepção simplista segundo a qual o Estado é um instrumento nas mãos de uma *classe sujeito*, dotada de vontade”,⁴⁰ mas redefine a *forma-Estado*, indicando como nela se compreende também o *aparelho* hegemônico: “por Estado deve entender-se também, além do aparelho governativo, o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”.⁴¹ Também por essa via (não só, portanto, em relação às “economias nacionais”) se mostra definitivamente a não-separação entre “sociedade civil” e Estado, como Gramsci repete nos *Cadernos* infinitas vezes, afirmando, por exemplo, que

“na realidade efetiva sociedade civil e Estado se identificam”,⁴² ou que “a sociedade civil [...] é também ‘Estado’ ou, antes, é o próprio Estado”.⁴³

Decerto, há em Gramsci uma aguda percepção da dimensão supranacional dos problemas. O nexo nacional/internacional é um dos temas centrais de seu pensamento. Toda história nacional deve ser lida na relação de unidade e diferença com o contexto supranacional em que se situa, a partir do *Risorgimento* italiano, do surgimento do Estado nacional italiano. Poder-se-ia sustentar, então, que no centro da reflexão dos *Cadernos* não esteja o tema do Estado, mas sim o de sua crise e de sua superação, fazendo derivar daí – já em Gramsci – a hipótese de “uma nova teoria da política que a desvincule da identificação com o Estado”?⁴⁴ Parece-me que quando nos *Cadernos* Gramsci fala de “crise do Estado em seu conjunto”, fala em realidade de “crise de

hegemonia da classe dirigente”, em razão da saída da passividade por parte de “grandes massas”.⁴⁵ Isto é, a meu ver nunca desaparece em Gramsci um quadro teórico-político geral articulado em torno da divisão da sociedade em classes e da luta de classes: distante, pois, da possibilidade de reformular sua problemática como “baseada não no antagonismo sem solução ou de perspectiva totalitária, mas no princípio da interdependência”,⁴⁶ ou seja, numa “visão unitária e solidária do gênero humano”.⁴⁷ Tal teoria – como versão *em positivo* da globalização – busca uma refundação não-estatal do político, mesmo porque renuncia à investigação de um horizonte diferente daquele dominado pela formamercadoria⁴⁸ e pela divisão da sociedade em classes. Trata-se de uma opção política possível e discutível tanto quanto qualquer outra, mas não presente em Gramsci, porquanto em seu pensamento o Estado é essencial justamente como lugar de uma hegemonia de classe, momento em que se tem “uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e aqueles dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um certo ponto”.⁴⁹

O fato de que a reflexão sobre a crise do Estado-nação nos *Cadernos* não signifique hipótese de cancelamento do Estado, de seu papel e de suas funções, também é demonstrado pela análise específica do tema da nação e do “nacional”. No § 68 – é um texto B –⁵⁰ do *Caderno 14* (1932-1935), a propósito do nexo nacional/internacional e do modo como “a situação internacional deva ser considerada em seu aspecto nacional”, Gramsci escreve:

Realmente a relação “nacional” é o resultado de uma combinação “original” única (num certo sentido) que nessa originalidade e unicidade deve ser compreendida e concebida, se se quer dominá-la e dirigi-la. Certamente, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional” e é daí que é preciso partir. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de sê-lo. É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais.⁵¹

O ritmo inquieto do texto gramsciano mostra bem que o autor quer definir uma situação dinâmica em que o internacionalismo seja um “dever ser” projetado no futuro (“futura humanidade”, diz a

versão italiana da *Internacional*), o qual, porém, hoje não pode prescindir do momento nacional, porque *a hegemonia só é possível nesse âmbito*. Com efeito, mais adiante prossegue Gramsci:

O conceito de hegemonia é aquele em que se enlaçam as exigências de caráter nacional [...] Uma classe de caráter internacional, na medida em que dirige estratos sociais estritamente nacionais (intelectuais) e, aliás, muitas vezes ainda menos do que nacionais, particularistas e municipalistas (os camponeses), deve “nacionalizar-se”.⁵²

Em definitivo, os “conceitos não-nacionais (isto é, que não se podem referir a cada país individual)” – conclui Gramsci – são “errados”.⁵³ No âmbito da luta que Gramsci empreende contra o “cosmopolitismo”, ou seja, contra a subestimação da importância de pertencer a uma comunidade nacional,⁵⁴ podemos muito bem dizer que a nação lhe parece um trâmite dificilmente contornável na longa marcha para a “reunificação do gênero humano”. O tema da identidade nacional, que recentemente provocou tanta atenção na Itália,⁵⁵ mostra de resto que o problema está longe de ser superado, ainda que, como sempre, não faltem a nossos intelectuais bizarras tentações “cosmopolitas”.⁵⁶ Não acredito que estejamos hoje diante de um cancelamento da problemática da nacionalidade, mas de uma sua redefinição em termos multiétnicos e multiculturais. Assim como não penso que os atuais processos que apontam na direção da constituição de um novo Estado multinacional europeu anulem o tema da nacionalidade: ao contrário, *ênfatizam-no*. Tudo isto comporta grandes novidades, tanto de análise quanto de política, em relação a Gramsci, mas não a liquidação de sua rede interpretativa geral.

CONTRA A “REVOLUÇÃO PASSIVA”

Retornando ao tema da cultura política da esquerda hoje, do qual partimos, parece-me, em definitivo, que na reflexão sobre a globalização haja o risco de uma forte subestimação do papel da política e do Estado, em favor da categoria político-hermenêutica de “sociedade civil” (“internacional”, em certos casos).⁵⁷ Nisso existe o risco de um *signal verde*, mais ou menos inconsciente e muitas vezes não intencional (certamente, nos autores a que me referi), para os “espíritos animais do capitalismo”

evocados pelo neoliberalismo. Seria (é) um grande risco para a esquerda. Com efeito, me pergunto: existiriam outros modos de ser “de esquerda” que não contemplem a reunião de seres humanos, a ação de homens e mulheres para buscar – com as regras, com as leis, com uma intervenção coletiva consciente e, portanto, com a *política*, com a força da coletividade, logo, com o Estado – se opor à brutalidade do fato econômico, à desumana lei do mercado (globalizado), à selva na qual vigora a lei de todos contra todos? Não haveria o risco de que, mesmo sob a ênfase que – à direita e à esquerda – hoje se põe na globalização, se decreta o definitivo “declínio da política” tão caro aos teóricos e aos aprendizes do neoliberalismo? O brado: “chega de política, chega de Estado, abramos espaço à sociedade civil” não teria sido – volto a repetir – a palavra de ordem da ofensiva neoliberal dos anos oitenta (e das forças que pediram e obtiveram, em 89, o fim da experiência histórica do PCI, inclusive “contra os partidos” e em nome das “forças sadias da sociedade civil”)? E a aposta no demorado surgimento de novas formas de socialidade, solidaristas, locais, que crescem de baixo para cima e são, de todo modo, *albeias* ao mercado – essa aposta não requereria uma *sustentação* forte por parte da política, da política de Estado e entre Estados?

Certamente, há política e política, há Estado e Estado. O próprio Gramsci não deixa de sublinhar repetidamente os perigos da “estadolatria”. Não é preciso negar ou cancelar os erros e horrores do passado. É preciso buscar uma política e um sentido do Estado o mais possível ligados ao social. Mas sempre naquela perspectiva dialética que era a de Gramsci, que o levava a pensar e a escrever – enquanto promovia e teorizava os Conselhos – que o problema também era a “conquista do Estado”, isto é, a criação de um novo tipo de Estado. É verdade que hoje nos soa profundamente estranha esta expressão: a conquista do Estado. Mas ela, como sabemos, foi superada antes de tudo pelo Gramsci dos *Cadernos*, que não é, como às vezes se sustenta, menos comunista ou menos revolucionário do que o Gramsci de *Ordine Nuovo*. Ele, *simplesmente*, redefine profundamente tanto o conceito de Estado quanto o conceito de revolução, tornando-os processuais e complexos, assim como complexas são a sociedade e a realidade em que vivemos.

Gramsci nos ensina que não é possível separar economia e política, fábrica e Estado. Podem mudar as formas através das quais as dinâmicas empresariais, as estratégias da empresa tentam afirmar-se. Mas não parecem superados nessa época histórica o papel do político, a ação voltada para definir normas e regras, para levar a luta corporativa das classes até o plano mais amplo e mais geral das respostas a serem dadas aos problemas de uma comunidade nacional. A nação continua a ser momento fundamental da vida coletiva. E o Estado, os Estados não só não parecem desaparecer, mas continuam sua dialética complexa com o econômico-social.

É errado separar e contrapor, sobretudo para uma reflexão e um pensamento político que se pretenda dizer de esquerda, sociedade e política, sociedade e Estado.⁵⁸ É errado – em minha opinião – pensar que os limites da política, ou as derrotas da política possam ser negados ou afastados com um “retorno ao social”.

Por isto, Gramsci é hoje ainda importante: porque redefiniu o sentido da política, enriquecendo-a justamente com o fato de que ela se identifica com a ação na sociedade, na fábrica, na cultura, por toda parte em que se desenrola o jogo do poder. Portanto, atenção para não jogar fora, quem sabe com o falso alibi da globalização, junto com a água suja da má política ou do Estado assim como o conhecemos, a criança, ou seja, uma dimensão – a política – da qual a esquerda, muito mais do que o capital, não pode abrir mão.

NOTAS

- ¹ Para notícias a respeito de muitas iniciativas do “ano gramsciano de 1997”, cf. *Igs Newsletter*, maio 1997, nº 7, e *Igs Newsletter*, maio 1998, nº 8, disponíveis na Internet em <http://www.italnet.nd.edu/gramsci> (Nota do tradutor).
- ² Cf. <http://www.soc.qc.edu/gramsci>
- ³ Cf. Franco Lo Piparo, *Lingua intellettuale egemonia in Gramsci* (Roma-Bari: Laterza, 1979).
- ⁴ Cf. Marco Revelli, *La sinistra sociale. Oltre la civiltà del lavoro* (Turim: Bollati Boringhieri, 1997), sobretudo pp. 54 e ss.
- ⁵ Para informações sobre o encontro de Nápoles, cf. *Igs Newsletter*, maio 1998, disponível no site citado na nota 1.
- ⁶ Q. 9, p. 1.115. A letra Q remete a A. Gramsci, *Quaderni del carcere*. Edição crítica organizada por Valentino Gerratana (Turim: Einaudi, 1975). Segue-se o número do caderno em questão e o número da página.
- ⁷ Cf. Paul Hirst e G. Thompson. *La globalizzazione dell'economia* (Roma: Riuniti, 1997). Igualmente estimulantes, ainda que inteiramente opostas e, para mim, não compartilháveis, as considerações de Marco Revelli, *La sinistra sociale. Oltre la civiltà del lavoro*, cit. Deste último autor também se deve ver o ensaio “Economia e modello sociale nel passaggio tra fordismo e toyotismo”, P. Ingraio e R. Rossanda, *Appuntamenti di fine secolo. Con saggi di M. Revelli, I. D. Mortellaro e K. S. Karol* (Roma: Manifestolibri, 1995).
- ⁸ Cf. K. Ohmae, *The Borderless World* (Londres-Nova York: Collins, 1990), e M. Horsman e A. Marshall, *After the Nation State* (Londres, Harper Collins, 1994).
- ⁹ P. Hirst e G. Thompson, *op. cit.*, p. 25.
- ¹⁰ Valho-me aqui sobretudo do trabalho de Hirst e Thompson, resumindo algumas teses desses dois autores, mas também, às vezes, indo levemente além de sua letra.
- ¹¹ “As empresas, em sua maior parte, estão enraizadas numa cultura de negócios especificamente nacional que lhes oferece vantagens intangíveis mas bastante concretas. Os dirigentes e o pessoal de ponta de uma empresa têm uma visão e uma capacidade comum de entendimento, que escapa e vai além da instrução formal ou das políticas corporativas. As empresas verdadeiramente transnacionais, sem uma sede principal e com uma força de trabalho multinacional, devem criar em seu interior aquelas vantagens culturais e aquelas formas de identificação que outras empresas obtêm quase gratuitamente das instituições nacionais [...] Os dirigentes e os trabalhadores japoneses em posição chave, que vêm na empresa uma comunidade social primária e duradoura, fazem-no num contexto nacional em que isto tem um sentido” (*Ibid.*, p. 245). Parece-me importante que neste trecho se destaque o papel de uma cultura nacional comum.
- ¹² *Ibidem*.
- ¹³ Cf. J. Rifkin, *La fine del lavoro* (Milão: Baldini & Castoldi, 1995).
- ¹⁴ S. George, “La mondializzazione e i pericoli per la democrazia”, em *Critica Marxista*, nº 4, 1998, p. 18.
- ¹⁵ *Ibidem*.
- ¹⁶ Adotamos aqui a forma “neoliberalismo” e termos derivados – em lugar da expressão corrente “neoliberalismo” –, em respeito à distinção expressa pelo autor. Cf. mais adiante, nota 31 (Nota do tradutor).
- ¹⁷ B. Trentin, *La città del lavoro. Sinistra e crisi del fordismo* (Milão: Feltrinelli, 1997).
- ¹⁸ Fundado em Turim, em 1919, por Antonio Gramsci, Angelo Tasca, Umberto Terracini e Palmiro Togliatti, *Ordine Nuovo* nasce como um semanário de cultura socialista, no contexto das lutas operárias do “biênio vermelho” e da estratégia dos conselhos. Já “Americanismo e fordismo”, de 1934, é o vigésimo segundo dos *Cadernos do carcere* (Nota do tradutor).
- ¹⁹ B. Trentin, *op. cit.*, 172.
- ²⁰ A. Gramsci, “Vita politica internazionale [IV]”, em *L'Ordine Nuovo*, 7 junho, 1919. Agora, em Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, org. por V. Gerratana e A. Santucci (Turim: Einaudi, 1987), p. 68.
- ²¹ Cf. os artigos de Carlo Petri, “Il sistema Taylor e i Consigli dei produttori”, em *L'Ordine Nuovo*, 25 outubro, 1º novembro, 8 novembro, 15 novembro, 22 novembro, 1919.
- ²² Q., 22, p. 2.146.
- ²³ Cf., por exemplo, A. Asor Rosa, “Un *Ordine Nuovo*” [1971], em *Intellettuali e classe operaia* (Florença: La Nuova Italia, 1973), p. 575-88. O autor chega à seguinte conclusão: “Ou seja, da sociedade capitalista, rejeitando todo o resto, se salvava exatamente aquilo que constituía seu núcleo, que era entregue intacto à classe operária para que dele fizesse o centro de todo o universo social. Mas como acreditar ser possível um

- melhoramento do sistema (mesmo *desse* sistema) sem submeter à crítica, antes de mais nada, aquilo que representa seu motor e eixo fundamental, sem separar radicalmente a classe operária do mito da produção, da qualidade e dignidade do trabalho?” (*Ibid.*, p. 588). Mesmo a partir desta breve citação se vê como Trentin pode ser aproximado de Asor quanto ao tema específico relacionado a Gramsci e à organização da produção, ao mesmo tempo que dele se diferencia radicalmente quanto ao papel e à consideração do trabalho.
- ²⁴ F. Dubla, *Gramsci e la fabbrica* (Manduria-Bari-Roma: Lacaita, 1986), p. 175.
- ²⁵ Cf., por exemplo, A. Gramsci, “Cronache dell’Ordine Nuovo [III]”, em *L’Ordine Nuovo*, 7 junho, 1919. Agora, *L’Ordine Nuovo 1919-1920*, cit., p. 54.
- ²⁶ A contradição resulta do fato de que os direitos se pretendem universais, ao passo que da cidadania se compreende, cada vez mais claramente nos últimos anos, o caráter historicamente determinado.
- ²⁷ N. Bobbio, “La società civile in Gramsci” [1967], agora, em *Saggi su Gramsci* (Milão: Feltrinelli, 1990).
- ²⁸ Aqui retomo sucintamente a análise da interpretação bobbiana de Gramsci já apresentada em meu *Gramsci conteso. Storia di un dibattito 1922-1996* (Roma: Riuniti, 1996), p. 138 e ss.
- ²⁹ B. Croce, “Antonio Gramsci – Lettere dal carcere”, em *Quaderni della “Critica”*, n° 8, 1947, p. 86.
- ³⁰ P. Togliatti, “Gramsci e il leninismo”, em *Studi gramsciani* (Roma: Riuniti, 1958), p. 441 (agora, também em *Gramsci*, organizado por E. Ragionieri (Roma: Riuniti, 1967), p. 179 e ss.
- ³¹ Sobre a diferença, muito italiana, entre liberismo e liberalismo remetemos à discussão entre Benedetto Croce e Luigi Einaudi (cf. deste último “Liberismo e liberalismo”, em *Riforma sociale*, março-abril, 1931; agora, em *Il buongoverno* (Bari: Laterza, 1954), p. 218-229). O primeiro termo é habitualmente usado em âmbito econômico, o segundo no discurso histórico-político, e, portanto, parece implicitamente mais moderado que o primeiro. Para uma cultura que se pretenda de esquerda, no entanto, tal distinção é no fundo secundária, uma vez que ambas as tendências se baseiam na concepção comum de sujeito a que se alude em seguida no texto.
- ³² Sobre isso, cf. R. Finelli, “Antropologie della politica”, em *Democrazia e Diritto*, n° 2, 1992.
- ³³ A. Gramsci, “La conquista dello Stato”, em *L’Ordine Nuovo*, 12 julho, 1919. Agora, em *L’Ordine Nuovo 1919-1920*, cit., p. 128.
- ³⁴ A. Gramsci, “Lo Stato e il socialismo”, em *L’Ordine Nuovo*, 28 junho, 1919. Agora, em *L’Ordine Nuovo 1919-1920*, cit., p. 115.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 116.
- ³⁶ *Ibid.*, p. 117. Domenico Losurdo tem repetidamente sublinhado a discrepância estratégica entre a elaboração gramsciana e as teorias anarquistas, com importantes esclarecimentos quanto à concepção gramsciana do papel do Estado. Cf., por exemplo, *Antonio Gramsci dal liberalismo al “comunismo critico”* (Roma: Gamberetti, 1997), p. 190 e ss.
- ³⁷ Sobre isso, cf. S. Suppa, *Consiglio e Stato in Gramsci e Lenin* (Bari: Dedalo, 1979), pp. 258-260.
- ³⁸ A. Gramsci, “Lo Stato e il socialismo”, cit., p. 117.
- ³⁹ Cf. Ch. Buci-Glucksmann, *Gramsci e lo Stato* (Roma: Riuniti, 1976).
- ⁴⁰ *Ibid.*, p. 116.
- ⁴¹ Q., 6, p. 801.
- ⁴² Q., 13, p. 1.590.
- ⁴³ Q., 26, p. 2.302.
- ⁴⁴ G. Vacca, *Pensare il mondo nuovo. Verso la democrazia del XXI secolo* (Milão-São Paulo, 1994), p. 20. Essas teses também foram desenvolvidas por M. Montanari, “Introduzione” a A. Gramsci, *Pensare la democrazia. Antologia dai “Quaderni del carcere”* (Turim: Einaudi, 1997).
- ⁴⁵ Q., 13, p. 1.603.
- ⁴⁶ G. Vacca, *op. cit.*, p. 20.
- ⁴⁷ *Ibid.*, p. 171.
- ⁴⁸ Segundo Montanari, “Introduzione”, cit., p. XI, Gramsci no cárcere chega a propor-se o tema “da direção dos modos de penetração e de difusão da forma-mercadoria em setores e territórios sempre novos, e não, decerto, o de sua superação-cancelamento”.
- ⁴⁹ Q., 13, p. 1.584.
- ⁵⁰ A edição crítica dos *Cadernos do cárcere* (Turim: Einaudi, 1975), organizada por Valentino Gerratana, reproduz os cadernos praticamente na ordem em que Gramsci os escreveu. Gerratana distingue entre textos A, B e C. Os textos A são os que Gramsci redigiu e depois refundiu (ampliou, agrupou, etc.) nos chamados textos C; os B são os que ele redigiu uma única vez. Trata-se de uma inovação frente à edição temática ou togliattiana, que não inclui os textos A (Nota do tradutor).
- ⁵¹ Q., 14, p. 1.729.
- ⁵² *Ibidem.*
- ⁵³ Q., 14, p. 1.730.
- ⁵⁴ Cf. E. Raimondi, *Letteratura e identità nazionale* (Milão: Bruno Mondadori, 1998).
- ⁵⁵ Cf. U. Cerroni, *L’identità civile degli italiani* (2ª edição. Lecce: Manni, 1997); L. Sciolla, *Italiani. Stereotipi di casa nostra* (Bolonha: Il Mulino, 1997); R. Bodei, *Il noi diviso. Ethos e idee dell’Italia repubblicana* (Turim: Einaudi, 1998); A. Schiavone, *Italiani senza Italia. Storia e identità* (Turim: Einaudi, 1998); E. Galli della Loggia, *L’identità italiana* (Bolonha: Il Mulino, 1998).
- ⁵⁶ Refiro-me às conclusões a que chega Schiavone no livro citado, ao fim de uma análise rica e de grande interesse, apesar de tudo: visto que “o corpo histórico do Estado italiano é irreformável [...] é mais fácil livrar-se de um tal estorvo do que transformá-lo” (p. 135), de modo que deveríamos “não mais buscar construir uma nação à altura do tempo, mas simplesmente, por assim dizer, ultrapassá-la, contornar a meta e levar nosso próprio povo – integralmente – para uma nova dimensão de seu desenvolvimento. A idéia de Europa – se nela acreditamos – é que nos obriga a uma viagem mental além do Estado-nação” (pp. 135-136).
- ⁵⁷ M. Montanari, *op. cit.*, *passim*.
- ⁵⁸ É o que também sugere, parece-me, Marco Aurélio Nogueira – “Gramsci e la nuova politica”, em *Critica Marxista*, n° 5-6, 1997 –, que sublinha a exigência de romper com uma “modalidade de sociedade civil hipostasiada, vista como o ‘oposto’ virtuoso ou a negação do Estado, como instância que conteria o estímulo renovador de tudo. A sociedade civil só é virtuosa quando sabe condicionar o Estado através da política” (p. 79).